

Acórdão nº 9.155/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.297.2013-50-TCE (C/ 01 Anexo e Processo nº 17.286.2013-50 - Apenso)
ASSUNTO: **Prestação de Contas da Prefeitura de Capixaba, exercício de 2012.**
RESPONSÁVEL: Senhor **Joais da Silva dos Santos**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Prefeitura. Ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Aplicação de multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Joais da Silva dos Santos**, Prefeito à época, ao pagamento da **multa** de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 89, inciso II, a ser recolhida em favor do Tesouro Estadual, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em face de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos arts. 23, inciso III e 63, inciso II, da LCE nº 38/93; **2) encaminhar cópia** do apurado ao **Ministério Público Estadual**, para as providências que entender adotar, em razão da realização de despesas, no montante de R\$ 3.581.306,42 (três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, trezentos e seis reais e quarenta e dois centavos), sem procedimento licitatório prévio, conforme demonstrado nos quadros 20 e 21, às fls. 166/167 dos autos e, ainda, por incorrer nos crimes contra as finanças públicas, descritos no Código Penal Brasileiro, arts. 359-B, 359-C, 359-D e 359-F; **3) notificar a Câmara Municipal de Capixaba, excetuando-se os Senhores Secretários**, para os quais já existem leis, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as providências necessárias ao cumprimento do art. 29-A, inciso V, da CF/88, de tudo dando ciência a este Tribunal, sob pena de responsabilidade; e **4) encaminhar cópia** do processo à **Câmara Municipal de Capixaba**, para julgamento das contas de governo, aqui trazidas como contas de gestão, em conformidade com o art. 23, § 1º, da CE/89 e art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/88. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

(Acórdão nº 9.155/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

Divergiu o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro que votou pela aplicação da multa no valor de R\$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais). Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 09 de abril de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC